

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/7/2023

Às 10h35min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Tito Torres, Enes Cândido e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final e suspende os trabalhos. Às 14h2min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Doorgal Andrada, Zé Guilherme e Zé Laviola. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: dos Projetos de Lei nºs 2.803/2021, 729 e 823/2023 e do Projeto de Resolução nº 12/2023, todos tendo como relator o deputado Doorgal Andrada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: dos Projetos de Lei nºs 268/2015, 3.742, 3.928 e 4.036/2022 e 231, 436, 442, 456 e 528/2023 (relator: deputado Doorgal Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje às 14h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2023.

Doorgal Andrada, presidente – Zé Guilherme – Cássio Soares.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 9/8/2023**

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: dois ofícios do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações em atendimento aos Requerimentos nºs 10.773 e 10.774/2022; da Sra. Lúcia Helena Libânio Cruz, presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo (SP), encaminhando requerimento aprovado naquela casa sobre possível rompimento da barragem de rejeitos radioativos, localizada em Caldas, e solicitando que a comissão informe quais providências podem ser tomadas a respeito do caso, se existe risco iminente de rompimento da barragem, qual o impacto que essa possível tragédia pode causar na região e em toda a Bacia do Rio Pardo, se os responsáveis pela manutenção da barragem têm tomado as medidas necessárias para evitar danos e riscos, constantes no termo de ajustamento de conduta – TAC – assinado junto ao Ministério Público Federal, se existe plano de contenção e emergência e quais outros órgãos devem ser acionados para tomarem providências em relação ao caso; e *e-mail* do Sr. Reginaldo de Castro Pires, solicitando intercessão desta Casa com relação a uma erosão que se formou na região da Serra do Curral-Solar do Barreiro, em Belo Horizonte. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 268/2015, 3.742 e 3.928/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.866, 2.870, 2.901, 2.902, 2.904, 2.907 e 2.909/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.358/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a razão pela qual o agronegócio recebeu tratamento especial pelo Estado por meio do Decreto nº 47.838, de 2020, se o próprio relatório de fiscalização da Semad, que é documento oficial, reconhece que o setor é um dos que mais impactos causam ao meio ambiente; sobre as infrações ambientais que tiveram alterada sua classificação de “grave” e “gravíssima” para “leve”, causando diminuição nos valores das multas; e sobre os critérios que foram utilizados para a decisão, tomada pelo governo do Estado, de diminuir a gravidade dessas infrações;

nº 2.359/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre quais foram os militares empenhados na ocorrência que resultou na prisão de cinco servidores da Semad e do IEF que estavam realizando, dentro do Parque do Rio Doce, atividade de trabalho institucional, consistindo na coleta e captura de fauna silvestre para pesquisa, com nome completo, patente e número funcional, e qual o número da ocorrência no sistema da Polícia Militar; quais medidas foram tomadas, até o momento, para a apuração da responsabilidade funcional dos militares envolvidos, tendo em vista o excesso praticado e reconhecido até por parlamentares da base governista; qual o número de protocolo do procedimento de apuração no âmbito da Sejusp; e qual o protocolo da denúncia que motivou a ação policial em face de servidores no Parque do Rio Doce, tendo em vista a alegação de que a ilegal e inadequada ação dos militares foi provocada por denúncia, ainda que anônima, e considerando que todas as ligações telefônicas devem ser registradas;

nº 2.360/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre qual providência foi tomada pela Semad em relação aos excessos cometidos por militares na prisão de cinco servidores da regional de Governador Valadares do Sisema, que estavam em trabalho institucional de coleta e captura de fauna silvestre para pesquisa dentro do Parque do Rio Doce; se a Semad entende que a nomeação de militares para cargos de sua estrutura antes ocupados por técnicos cumpre a finalidade de garantir a qualidade da política

ambiental; e se a Semad vê relação de causa e efeito entre a militarização do setor de fiscalização ambiental, amplamente percebida por servidores do órgão, e as ocorrências envolvendo servidores no Parque do Rio Doce;

nº 2.361/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre por que foi trocada por 11 vezes a titularidade do cargo de subsecretário de Fiscalização Ambiental do órgão de que é titular, durante os primeiros quatro anos da gestão Zema; quem foram os ocupantes desse cargo e por qual período; como a secretaria de que é titular justifica indicações políticas para um cargo que requer competências técnicas e lida com informações de caráter reservado, que, se usadas para fins políticos e de forma indevida, podem resultar em ineficiência das ações coercitivas que visam à proteção ambiental; se a Semad pode assegurar que houve continuidade dos projetos da pasta, tendo em vista o caráter inusitado do número de trocas de ocupantes do referido cargo e as suspeitas, suscitadas por esse fato, quanto ao comprometimento de informações sigilosas; e se a Semad pode assegurar que o sigilo foi efetivamente mantido, tendo em vista a longa sequência de trocas de ocupantes do citado cargo, que detém a competência institucional de gerir o Plano Anual de Fiscalização, documento classificado como reservado;

nº 2.959/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os requisitos para obtenção de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – Daia – corretivo, bem como sobre o percentual de concessão desse documento em relação às autorizações prévias;

nº 2.960/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre denúncia de mineração irregular no Município de Piumhi, em especial nas regiões de Alto Araras, Cachoeira da Belinha e Morro da Onça;

nº 2.987/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Samarco Mineração S.A. pedido de informações sobre o uso da substância Tanfloc SG no Rio Doce, especificando em quais níveis, períodos e municípios mineiros o produto foi aplicado;

nº 3.023/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de providências para intensificar a fiscalização no território tradicional geraizeiro no Vale das Cancelas, localizado no Norte do Estado, especialmente no Município Pedro Carvalho, tendo em vista denúncias da população local de que empresas de eucalipto estão realizando supressão irregular de vegetação nativa e invadindo território de comunidade tradicional;

nº 3.052/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao ministro de Minas e Energia, à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima e à ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação pedido de informações sobre a realização de estudo de local definitivo (alternativa locacional) para as 12.000t de material radioativo que foram transferidas, na década de 1990, à Unidade em Descomissionamento de Caldas – UDC Caldas;

nº 3.053/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à ministra da Saúde pedido de informações sobre a possibilidade de levantamento e cadastro da população exposta à radioatividade dos rejeitos que se encontram na Unidade em Descomissionamento de Caldas – UDC de Caldas –, Barragem D4 da Indústrias Nucleares do Brasil – INB – e qual sua correlação de risco para a saúde humana;

nº 3.054/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao ministro de Minas e Energia e ao diretor regional da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais – pedido de informações sobre a possibilidade de elaboração de termo de compromisso entre órgãos e instituições competentes ou envolvidos, para que a Unidade em Descomissionamento de Caldas da INB – UDC de Caldas – tenha como única e exclusiva atividade a execução do Plano de Trabalho de Descomissionamento e para que não sirva de repositório provisório ou definitivo de rejeitos ou materiais radioativos de outros sítios, com apresentação do EIA-Rima sobre o passivo do sítio da UDC de Caldas; e sobre as medidas que estão sendo tomadas em relação à segurança da referida barragem, que foi declarada recentemente Nível 1 de emergência;

nº 3.055/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen –, no Rio de Janeiro, pedido de informações consubstanciadas em projeto conceitual apresentado pela INB que sugere a transferência de materiais radioativos de São Paulo para a Unidade em Descomissionamento de Caldas – UDC de Caldas –, bem como a resposta dada pela Cnen a tal proposta, e nos estudos que apontam para outras alternativas locais, para envio de tais materiais oriundos de São Paulo, que não seja a UDC de Caldas;

nº 3.057/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF – pedido de providências para que a unidade em descomissionamento de caldas da INB – UDC de Caldas – tenha como única e exclusiva atividade a execução do Plano de Trabalho de Descomissionamento e não venha a servir de repositório provisório ou definitivo de rejeitos ou materiais radioativos de outros sítios;

nº 3.062/2023, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que paralise ou anule o processo de licenciamento ambiental do terminal ferroviário porto seco, no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, da empresa Bação Logística S.A., considerando que foram apresentados documentos e relatos a esta comissão de que a Anuência de Conformidade do Município para o empreendimento foi emitida há quatro anos e se referia a um empreendimento cujo processo de licenciamento ambiental encontra-se encerrado e arquivado nessa secretaria, bem como se referia a um empreendimento em local diverso do que se pretende atualmente, sendo, portanto, nula tal anuência de conformidade;

nº 3.063/2023, da deputada Bella Gonçalves, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requerem seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que não seja analisado o pedido de estudo prévio de impacto cultural e o relatório de impacto no patrimônio cultural referentes ao empreendimento terminal ferroviário porto seco, da empresa Bação Logística S.A., antes que seja concluído o processo de tombamento da igreja matriz do Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito;

nº 3.064/2023, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Bella Gonçalves e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao prefeito de Itabirito pedido de informações sobre o retorno de passageiros ao ramal ferroviário, bem como sobre o projeto do terminal rodoviário previsto para ser construído no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, tendo em vista o grande potencial turístico e de serviços, além do transporte de cargas e de *commodities*;

nº 3.065/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Bação Logística S.A. pedido de informações consubstanciadas em cópias da licença ambiental para supressão de vegetação nativa, além do inventário florestal, anotação de responsabilidade técnica e requerimento de licenciamento ambiental relativos ao empreendimento Terminal Ferroviário Mineral no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito;

nº 3.066/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nos estudos de impactos e relatórios de estudos ambientais para instalação de terminal ferroviário mineral no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, bem como sobre a garantia de manutenção das comunidades adjacentes, dos recursos hídricos, das nascentes e das matas da região afetada;

nº 3.067/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja exigida a apresentação de EIA-Rima no processo de licenciamento para a instalação do terminal mineral, no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, tendo em vista a Resolução do Conama de 23/1/1986;

nº 3.069/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a postura dessa secretaria e o que foi feito

diante do descumprimento dos compromissos pactuados pela empresa Bação Logística S.A. no termo de ajustamento de conduta assinado com a secretaria, em 26/7/2019, devido aos problemas do processo de licenciamento ambiental do terminal minerário a ser instalado no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito;

nº 3.070/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhada ao Ministério Público de Minas Gerais – Caoma – a fala do advogado Carlos Henrique e as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater os impactos do porto seco e das demais atividades de mineração nos Distritos de São Gonçalo do Bação e de Mangue Seco, em Itabirito, e região;

nº 3.072/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de providências para que verifique a condição das estruturas arqueológicas no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, diante da denúncia de que essas estruturas podem ter sido destruídas pela empresa Bação Logística S.A., bem como para que se manifeste sobre a instalação do empreendimento do terminal minerário em tramitação na Suppri-Semad, que pode causar impactos irreversíveis ao sítio;

nº 3.073/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja paralisado ou anulado o processo de licenciamento ambiental do terminal ferroviário porto seco, no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, da empresa Bação Logística S.A., considerando-se que foram apresentados documentos e relatos à comissão que dão conta de que a anuência de conformidade do município para o empreendimento foi emitida há quatro anos e se referia a um empreendimento cujo processo de licenciamento ambiental encontra-se encerrado e arquivado nessa secretaria, bem como a um empreendimento em local diverso do que se pretende atualmente, sendo, portanto, nula tal anuência de conformidade;

nº 3.074/2023, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações sobre a outorga para o direito de uso das águas para o empreendimento do terminal de minério da empresa Bação Logística, no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, e o impacto nos corpos hídricos da região;

nº 3.075/2023, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à presidenta do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de informações detalhadas sobre o atual processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário, no Distrito de São Gonçalo do Bação, em Itabirito, e sobre a descoberta de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – na região;

nº 3.076/2023, da deputada Bella Gonçalves e do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requerem seja encaminhado ao diretor da Bação Logística S.A. pedido de informações sobre quais empreendimentos, vias de cargas ferroviárias ou rodoviárias atuais e projetos futuros o terminal de minério no Distrito São Gonçalo do Bação, em Itabirito, interligará;

nº 3.167/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja realizado seminário nesta Casa para debater a preservação da Mata Atlântica no Estado e a responsabilidade dos órgãos ambientais do Estado e da União na proteção desse bioma;

nº 3.168/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas nas cópias das atas das reuniões do grupo de trabalho de criação do Parque Estadual Metropolitano, conforme informações trazidas por representantes dessa secretaria na audiência pública da comissão realizada em 10 de julho de 2023;

nº 3.169/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Federal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de

providências para que seja suspenso o licenciamento ambiental da Tamisa Mineração na Serra do Curral, tendo em vista que o processo em curso na Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável não cumpriu o pré-requisito da legislação federal de solicitar ao Ibama a anuência para supressão de Mata Atlântica, necessária para a instalação futura do empreendimento;

nº 3.171/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para que, na criação do Parque Nacional da Serra do Curral, em Minas Gerais, seja feita consulta prévia ao Quilombo Manzo, nos termos da consulta prévia garantida na Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, da Organização Internacional do Trabalho;

nº 3.172/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – pedido de providências para que seja constituído um grupo de trabalho formado pelos deputados e deputadas federais Rogério Corrêa, Ana Pimentel, Célia Xakriabá, Duda Salabert; os deputados e as deputadas estaduais Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira, Leleco Pimentel; os prefeitos dos Municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará; a Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Instituto Estadual de Florestas; o ICMBio e o Ibama; o Iepha, o Iphan e o Quilombo Manzo, a fim de acompanhar e subsidiar, no que couber, a criação do Parque Nacional da Serra do Curral;

nº 3.174/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto Terra pelos 25 anos de atuação na recuperação e preservação da Mata Atlântica;

nº 3.191/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de licenciamento da Maanain Mineração Ltda., para empreendimento de extração de minério de ferro às margens do Parque Estadual Serra da Candongas, no Município de Guanhães, bem como seus efeitos, implicações e impactos hídricos, ambientais, sociais e econômicos sobre a unidade de conservação e sobre o município e sua população;

nº 3.223/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à superintendente do Patrimônio da União de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na cópia dos Termos de Autorização de Uso Sustentável – Taus – concedidos no Estado, em que constem o número total de Taus emitidos, localização geográfica e área abrangida por Taus emitidos, atividades permitidas nos termos concedidos (agricultura, turismo, etc.), datas de emissão e vigência dos Taus, processos em andamento e em análise para a concessão dos termos em Minas Gerais; e em documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos descritos na Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010, da SPU, para a concessão dos termos, especificando se algum termo concedido foi cancelado pela ocorrência de infração ambiental ou por outra hipótese prevista na referida lei, em quais datas a SPU promoveu fiscalização nos imóveis que possuem o termo, a fim de verificar a manutenção dos requisitos que subsidiam a concessão do Taus, nos termos da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e se os imóveis que possuem o Taus estão mantendo as áreas de preservação ambiental, assim como as áreas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais locais, ressaltando-se que, com tais informações, será possível discutir com atores afetados, como o Sistema Faeng-Senar e outros, políticas públicas para a valorização do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, matéria presente na produção agropecuária nas regiões ribeirinhas, em especial do Rio São Francisco;

nº 3.274/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para que realizem estudo e averiguações sobre possíveis ameaças ao patrimônio arqueológico protegido pela Estação Ecológica Estadual de Arêdes, localizada no Município de Itabirito, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei nº 387/2023, que pretende alterar os limites da referida unidade de conservação com vistas a viabilizar a retomada da mineração no local, em área onde comprovadamente

há patrimônio arqueológico e paisagístico protegido, inclusive com a implantação de barragens; e seja encaminhado ao referido órgão estudo sobre o assunto;

nº 3.275/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e ao Ministério Público Federal – MPF em Belo Horizonte pedido de providências para que realizem estudo e averiguações sobre possíveis ameaças ao patrimônio arqueológico protegido pela Estação Ecológica Estadual de Arêdes, localizada no Município de Itabirito, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei nº 387/2023, que pretende alterar os limites da referida unidade de conservação com vistas a viabilizar a retomada da mineração no local, em área onde comprovadamente há patrimônio arqueológico e paisagístico protegido, inclusive com a implantação de barragens; e seja encaminhado ao referido órgão estudo sobre o assunto;

nº 3.350/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Conselho Municipal de Defesa Ambiental em Araçuaí, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Araçuaí, à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em Virgem da Lapa e à Promotoria de Justiça de Araçuaí pedido de providências para que se intensifique a fiscalização no Rio Araçuaí, devido ao alto índice de poluição em que se encontra no momento, principalmente a partir da instalação das dragas;

nº 3.352/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a revitalização do Rio Araçuaí e as práticas de poluição advindas a partir da instalação de dragas.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.494/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o objetivo e o interesse público da reunião realizada em 2 de agosto de 2023, entre a Mineradora Tamisa (Taquaril Mineração S.A.) e a Semad, esclarecendo o motivo de o encontro não ter sido divulgado previamente por meio dos canais oficiais do governo; quais foram os participantes e que órgãos estavam representando; o horário de início e de término do encontro; se houve sugestões ao tombamento da Serra do Curral por parte da mineradora e quais foram as sugestões, em caso de resposta positiva; e os encaminhamentos da reunião;

nº 3.497/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Instituto Estadual de Florestas e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que contestem o Despacho Decisório nº 43/2023/COGAB – PRES/GABPR-FUNAI, do Ministério dos Povos Indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de maio de 2023, que aprovou e reconheceu os estudos de identificação de delimitação da terra indígena crenaque no Parque Estadual de Sete Salões, localizado nos Municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, em Minas Gerais;

nº 3.498/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Conselheiro Pena, para debater, com os moradores da região do Parque Estadual de Sete Salões, localizado nos Municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, as implicações sociais do Despacho Decisório nº 43/2023/COGAB – PRES/GABPR-FUNAI, do Ministério dos Povos Indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de maio de 2023, que reconheceu e delimitou a terra indígena crenaque;

nº 3.499/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada visita ao Parque Estadual Sete Salões, localizado nos Municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, para averiguar as condições de ocupação e delimitação da terra indígena crenaque a que se refere o Despacho Decisório nº 43/2023/COGAB – PRES/GABPR-FUNAI, do Ministério dos Povos Indígenas e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de maio de 2023;

nº 3.528/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais decorrentes da implantação de uma usina fotovoltaica no Lago de Três Marias, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Três Marias, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;

nº 3.559/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal, à Superintendência Regional de Polícia Federal e à Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais pedido de providências para que sejam imediatamente atendidos os requerimentos e pedidos apresentados pelo Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas na notícia de fato apresentada em 15/7/2023 aos referidos órgãos;

nº 3.574/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Estado, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma –, à Polícia Militar de Meio Ambiente – Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente, à Superintendência Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana – Supram Central Metro – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam imediatamente atendidos os requerimentos e pedidos apresentados pelo Instituto Guaicuy SOS Rio das Velhas na notícia de fato apresentada em 15/7/2023 aos referidos órgãos;

nº 3.575/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente pedido de informações sobre a existência ou não de processo de licenciamento ambiental para exercício de qualquer atividade da empresa Rio Rancho Agropecuária Ltda. no Município de Grão-Mogol, bem como sobre a existência de procedimento de consulta livre, prévia e informada das comunidades geraizeiras, conforme a Convenção nº 169 da OIT.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a visita a ser realizada no dia 10/8/2023, às 9 horas, na Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Ione Pinheiro, presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 10/8/2023

Às 13h38min, comparecem à reunião a deputada Lohanna (substituindo o deputado Ricardo Campos, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a necessidade de valorização dos servidores públicos da rede estadual de saúde, por meio de melhorias na política de carreiras, bem como a debater a inobservância de isonomia entre os servidores quando da instituição da Gratificação por Atividades de Gestão da Saúde – Gages. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Núbia Roberta Dias, secretária executiva da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS; Helga Beatriz Gonçalves de Almeida, assessora chefe de Relações Públicas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag; e Ariete Domingues de Araújo, diretora financeira do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; e os Srs. Carlos Eduardo de Moraes, técnico de gestão da Saúde; Yuri de Aguiar Moura, especialista em políticas e gestão da saúde da Secretaria de Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; e Paulo Kliass, especialista em políticas públicas e gestão governamental. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra a deputada Lohanna, também autora do requerimento, para que faça suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se

ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Marquinho Lemos, presidente – Ricardo Campos – Doutor Jean Freire.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/8/2023

Às 14h21min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: três ofícios da Polícia Militar de Minas Gerais (4/5/2023, 17/6/2023 e 29/6/2023) e um ofício do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (18/5/2023). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 344/2023 (relator: deputado Delegado Christiano Xavier) e 526/2023 (relator: deputado Sargento Rodrigues), ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.754, 2.805, 2.895, 2.937 e 2.966/2023. O Requerimento nº 2.888/2023 é submetido a votação e rejeitado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.661/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a destinação do antigo prédio do Fórum de Justiça de Governador Valadares para uso da Polícia Civil de Minas Gerais e suas instalações localizadas no Município de Governador Valadares;

nº 3.674/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença dos secretários de Planejamento e Gestão e de Fazenda, para se buscarem esclarecimentos quanto ao cumprimento do art. 1º da Lei nº 24.260, de 26/12/2022, que determina que “o Poder Executivo divulgará, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior”;

nº 3.675/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para manutenção, em atendimento a lideranças políticas de Patos de Minas, das atividades do Centro de Internação Provisória – Ceippm –, localizado nesse município, uma vez que é a única unidade socioeducativa de privação de liberdade em toda a 10ª Região Integrada de Segurança Pública, composta por 23 municípios, ressaltando-se que, com o fechamento da instituição, o município voltará a conviver com problemas que em passado recente assombraram a sociedade, pela falta de local adequado para que os menores infratores pudessem cumprir as medidas socioeducativas a eles impostas;

nº 3.676/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para revisão dos atos de remoção dos policiais penais, em exercício no Presídio de Botelhos, para a unidade de Alfenas, a 120 km de distância, de modo que sejam realocados em Poços de Caldas, onde residem, ou em Andradas, cidade a 40 km de distância;

nº 3.677/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja atendido o requerimento de transferência formulado pelo Sd. PM Ivan Carvalho Costa, atualmente lotado no 52º BPM, em Ouro Preto, no Subdestacamento de Antônio Pereira, pertencente a 3ª RPM, para desempenhar suas atividades no 17º BPM ou no 32º BPM, na cidade de Uberlândia, pertencentes a 9ª RPM;

nº 3.678/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apuração, tomando-se todas as medidas necessárias, de mais uma denúncia quanto à alimentação fornecida aos policiais penais, no caso, lotados na unidade prisional de Montes Claros;

nº 3.698/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais e à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à intensificação do policiamento preventivo na Avenida Brasília, em Santa Luzia, principalmente durante a madrugada, em virtude do aumento expressivo de ocorrências de furtos, arrombamentos e roubos nos comércios e lojas de galerias nesse horário; e a que a Polícia Civil instaure Inquérito policial e se empenhe na prisão dos autores dos delitos, que têm gerado grave prejuízo financeiro ao comércio da cidade;

nº 3.699/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas à transferência do Sgt. PM Emerson Assis da Costa, nº 128.046-0, lotado no Município de Brasilândia de Minas, pertencente ao 45º Batalhão de Polícia Militar, para o 28º Batalhão, localizado na cidade de Unaí, salientando-se que o policial é casado e possui residência em Unaí e, ao ser promovido a sargento em 23/12/2017, foi transferido para Brasilândia de Minas, tendo que deixar em Unaí sua esposa, casa e familiares;

nº 3.700/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para concessão, com urgência, do auxílio financeiro devido aos candidatos do 2º Grupamento, convocados e frequentes no Curso de Formação Técnico Profissional (Edital Sejus nº 2/2021, de 17 de agosto de 2021), uma vez que, segundo o art. 45 do regulamento próprio, aos discentes é assegurado o recebimento de numerário a título de auxílio financeiro durante a realização do Curso de Formação Técnico Profissional, e os referidos candidatos, muitos com dificuldades financeiras para custear alimentação e transporte, aguardam o pagamento do auxílio para providenciarem hospedagem para o período de estágio que logo se inicia;

nº 3.701/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja atendido o requerimento de transferência, formulado pelo Sgt. PM Roberto Luiz Júnior, lotado na 150ª Companhia do 35º Batalhão da 3ª Região de Polícia Militar, para a Companhia de Polícia Militar Independente de Policiamento com Cães ou, na impossibilidade, para o 22º Batalhão da Polícia Militar da 1ª Região, por questões médicas e familiares;

nº 3.702/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam encaminhados à comissão, como ato preparatório para a audiência pública a ser realizada no dia 22/8/2023, às 9h45min, relatórios contendo o quantitativo de acautelados em todo o Estado, mês após mês, divididos por unidade, e o quantitativo de agentes de segurança socioeducativos de carreira lotados em cada unidade, nos últimos três anos, bem como o quantitativo e o tipo de equipamentos de proteção individual adquiridos e o local de seu armazenamento e validade;

nº 3.703/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja atendido o requerimento de transferência, formulado pelo Sd. PM Fabricio Rodrigues Nogueira, lotado na 6ª Companhia do 1º Batalhão da 1ª Região da Polícia Militar, para o 49º Batalhão da mesma região, ou, na impossibilidade, para o 13º Batalhão da 1ª Região, conforme o art. 175, III, da Lei nº 5.301, de 1969.

nº 3.707/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam convocados os Srs. Wilson Alves Pereira Júnior, superintendente de Atendimento ao Adolescente da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rubens Júnio Azevedo Barbosa, agente de segurança socioeducativo do Centro de Internação Provisória São Benedito, em Belo Horizonte, e Pedro Henrique Vieira Schirm, monitor do Centro Socioeducativo Santa Helena, em Belo Horizonte, para participarem de audiência pública da Comissão de Segurança Pública, que ocorrerá em 22/8/2023, às 9h45min, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a finalidade de debater demandas do sistema socioeducativo, bem como o projeto Novo Socioeducativo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 21/8/2023

Às 9h12min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cassio Soares. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lavinia Rosa Rodrigues, reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, Paula Lorrane Rodrigues da Silva, diretora de Políticas Educacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE –, Camila Moraes Miranda, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes – UEE-MG –, Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva, coordenadora de Assuntos Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão da Uemg, Tayná Pereira Costa, aluna do Curso de Publicidade e Propaganda da Uemg – Campus Passos –, Hellen Vitória Faria Fonseca, presidenta do DCE da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, e Noelle Paula Alves Borges, aluna do Curso de Psicologia e representante do DCE e do DA da Uemg – Unidade Ituiutaba; e os Srs. Wagner de Paulo Santiago, reitor da Unimontes, Moacyr Laterza Filho, pró-reitor de Extensão da Uemg, Leonardo Barbosa e Silva, professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU –, Victor Severino Ribeiro, aluno do Curso de Psicologia da Uemg – Câmpus Divinópolis –, Fernando Ferreira Duarte, supervisor técnico do Escritório Regional em Minas Gerais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese –, Cássio Hideo Diniz Hiro, secretário-geral da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais, Gabriel Cristian da Silva Soares e Felipe de Brito Feitosa, alunos do Curso de Geografia da Unimontes – Câmpus Pirapora –, Eder Deivid da Silva, vereador da Câmara Municipal de Bom Despacho, Marcel Warley Moreira Gonçalves, aluno do Curso de Design de Moda e presidente do DA da Escola de Design da Uemg, Rogério Correia, deputado federal, Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, assessor-chefe de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação, representando o Sr. Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas, secretário de Estado de Educação, e Daniel Batista Mendes, promotor de justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público de Minas Gerais, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/8/2023

Às 9h43min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a importância estratégica dos parques tecnológicos para o desenvolvimento do Estado, bem como os desafios, as potencialidades e as perspectivas para a promoção do desenvolvimento de ecossistemas de inovação e da sociedade do conhecimento. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Câmara Municipal de Timóteo, solicitando a realização de audiência pública para debater a situação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet – de Timóteo na ampliação do ensino federal no Vale do Aço. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 10/8/2023: ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.655/2023. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Adriana Ferreira de Faria, presidenta da Rede Mineira de Inovação – RMI –, e os Srs. Daniel Ferreira de Souza, chefe de gabinete da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, representando o Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente da Fapemig, Lucas Mendes de Faria Rosa Soares, superintendente de Pesquisa e Tecnologia da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Sede –, representando o Sr. Bruno Araújo Oliveira, subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Sede, e Marco Aurélio Crocco Afonso, diretor executivo do Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Sargento Rodrigues – Lucas Lasmar.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/8/2023

Às 9h42min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.118/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater com produtores rurais, agricultores familiares e representantes do governo federal o Plano Safra 2023-2024, cujos recursos, da ordem de R\$364.220.000.000,00, vão apoiar a produção agropecuária nacional de médios e grandes produtores rurais até junho de 2024, e o Plano Safra da Agricultura Familiar, que destinará R\$71.600.000.000,00 para concessão de crédito rural à agricultura familiar – Pronaf - para a safra 2023-2024;

nº 3.380/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja regulamentada a Lei Complementar nº 171, de 9/5/2023, uma vez que os municípios estão autorizados, até o final do exercício financeiro de 2023, a realizar a transposição e a transferência dos saldos constantes de seus fundos de saúde

provenientes de repasses dessa secretaria e dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado, sendo que a regulamentação é essencial para que benefícios trazidos sejam implementados a tempo, e a falta dela levará a lacunas legais que podem ser prejudiciais aos municípios;

nº 3.397/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação do cumprimento do art. 4º da Lei nº 24.398, de 14 de julho de 2023;

nº 3.415/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – em Belo Horizonte e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a realização de reparos estruturais imediatos no viaduto do entroncamento da BR-251 com a MGC-122, em Montes Claros, uma vez que, em caso de desmoronamento, haverá risco de acidentes fatais com motoristas, passageiros e pedestres que utilizam o viaduto regularmente;

nº 3.542/2023, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância da elaboração e da implantação do Plano Estadual pela Primeira Infância, bem como apresentar os municípios selecionados para a campanha 50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais, promovida pela Rede Primeira Infância – Minas Gerais – Repi-MG;

nº 3.620/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para instalação e manutenção de um Cartório de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial no Distrito de Catuni, no Município de Francisco Sá, uma vez que o § 2º do art. 300-Q da Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, determina que nos distritos haverá um Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial;

nº 3.648/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que se destinem recursos, nos contratos de programas, para a implementação de planos de carreira para os empregados públicos que trabalham no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu –, no âmbito dos consórcios intermunicipais de saúde temáticos;

nº 3.649/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Saúde o vídeo contendo os depoimentos dos servidores vinculados ao sistema de saúde do Estado e as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a necessidade de valorização dos servidores públicos da rede estadual de saúde, por meio de melhorias na política de carreiras, bem como debater a inobservância de isonomia entre os servidores quando da instituição da Gratificação por Atividade da Gestão da Saúde – Gage;

nº 3.650/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a realização de estudo sobre a viabilidade de se implantar plano de carreira unificado que contemple todos os servidores públicos do sistema de saúde no Estado;

nº 3.651/2023, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Lohanna, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que melhorem os vencimentos e sejam valorizados os servidores do cargo de auxiliar de apoio à gestão e atenção à saúde, do Grupo de Atividades de Saúde do Poder Executivo;

nº 3.679/2023, das deputadas Leninha, Lohanna, Macaé Evaristo, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reinstalação da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

nº 3.800/2023, das deputadas Leninha, Lohanna, Macaé Evaristo, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o papel do Estado como titular e garantidor dos serviços de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica e a relevância das estatais Copasa e Cemig para a prestação desses serviços, bem como os parâmetros a serem utilizados para avaliação do desempenho das referidas companhias e a necessidade de se ouvir a opinião da população quanto a esses serviços;

nº 3.832/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre os convênios, contratos ou parcerias que o Governo do Estado estabeleceu com o Governo Federal ou outras instituições relacionados à segurança pública, em especial a Polícia Civil de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais e a Polícia Penal de Minas Gerais;

nº 3.834/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja dada celeridade à forma de assinatura do convênio do Programa Pronasci do Ministério da Justiça referente ao apoio a programas e projetos de ações socioeducativas;

nº 3.835/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação precária de tráfego e a necessidade urgente de asfaltamento da LMG-631 no trecho compreendido entre São João da Ponte e Capitão Enéas, com aproximadamente 60 km, denominado Estrada da Produção;

nº 3.838/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência de convidados conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a celebração do aniversário dos centenários municípios de Coromandel, Bicas, Mirai, Cataguases, Ibiá, Ipanema, Itanhandu, Luz, Manga, Matias Barbosa, Mesquita e Itabirito;

nº 3.839/2023, dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Programa Universaliza Minas, com a presença do presidente da Copasa;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Marquinho Lemos, presidente – Ricardo Campos – Doutor Jean Freire.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 17 horas do dia 28 de agosto de 2023, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Palácio da Inconfidência, 25 de agosto de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 28/8/2023, às 14 horas, no Hospital Governador Israel Pinheiro – Ipsemg –, na Alameda Ezequiel Dias, 225, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições de atendimento aos beneficiários do Ipsemg, conforme encaminhamento da 17ª Reunião Extraordinária da comissão, em 30 de maio de 2023, que teve por finalidade debater a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica ofertados aos usuários do Ipsemg.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2023.

Leonídio Bouças, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 838/2023****Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo de Apoio aos Autistas, Pais e Familiares de Contagem – Amais –, com sede nesse município.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Grupo de Apoio aos Autistas, Pais e Familiares de Contagem – Amais –, com sede nesse município, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca amparar autistas e familiares, acompanhar e fiscalizar a aprendizagem escolar e favorecer a rede de cooperação e participação de voluntários e parceiros de apoio à associação.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Apoio aos Autistas, Pais e Familiares de Contagem – Amais –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 838/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Doutor Paulo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 870/2023**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Agência para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Porteirinha – Adelpor –, com sede no Município de Porteirinha.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Agência para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Porteirinha – Adelpor –, com sede no Município de Porteirinha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover a assistência social, o esporte, a segurança alimentar e nutricional, além de executar serviço de radiodifusão comunitária.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Agência para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Porteirinha – Adelpor – no Município de Porteirinha, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 870/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 918/2023**Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas****Relatório**

De autoria do deputado Celinho Sintrocél, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo de Missões de Olhos nos Vales – Instituto Reconstruir, com sede no Município de Ipaba.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Grupo de Missões de Olhos nos Vales – Instituto Reconstruir, com sede no Município de Ipaba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover o voluntariado, a assistência social e programas de desenvolvimento econômico, prestar assistência especializada e tratamento aos dependentes de álcool e outras drogas, e promover atividades esportivas e de lazer.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Missões de Olhos nos Vales – Instituto Reconstruir no Município de Ipaba, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 918/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2023.

Marli Ribeiro, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 983/2023

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Professor Cleiton, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Promoção e Assistência Nossa Senhora de Guadalupe, com sede no Município de Varginha.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação de Promoção e Assistência Nossa Senhora de Guadalupe, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca promover a assistência social, proteger, defender e garantir os direitos de crianças e adolescente, estimular atividades esportivas, além de combater e denunciar casos de violência, com alternativas de acompanhamentos e ações para garantia dos direitos dos agredidos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação de Promoção e Assistência Nossa Senhora de Guadalupe no Município de Varginha, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 983/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2023.

Betão, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/8/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 11/3/2023, que nomeou Talita Germani de Souza Morais Silveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Artur Rodrigues da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Ana Paula Silva Dias, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta.

Na data de 21/8/2023, o presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, e do Parecer da Procuradoria-Geral nº 5.591, de 2 de agosto de 2023, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

reintegrando, a partir de 1º/2/2023, Talita Germani de Souza Morais Silveira, Matrícula nº 21.455/8, no cargo em comissão de recrutamento amplo de Assessor Parlamentar, padrão VL-9, jornada diária de 6 horas.